

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,
O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete à apreciação de V.S. seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2018. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

Perfil da Companhia: A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente, Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP, Aquarrás, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves.

Ambiente Econômico e de Negócios: O Brasil manteve o processo de recuperação da atividade econômica em 2018, com crescimento estimado de 1,3% no PIB. O desajuste estrutural no quadro fiscal e as incertezas associadas ao processo eleitoral foram obstáculos à retomada em ritmo mais forte. A inflação oficial medida pelo IPCA fechou o ano em 3,75%. A taxa básica de juros da economia ficou em 6,50% a.a. no encerramento do exercício. A taxa de câmbio médio no ano foi de R\$ 3,65/dólar, com desvalorização de 14,5% da moeda nacional em relação a 2017. A cotação da moeda americana no final do período foi de R\$ 3,87/dólar. A cotação do petróleo Brent iniciou o ano em US\$ 69,2/barril e fechou em US\$ 57,4/barril, alcançando preço médio de US\$ 71,0/barril em 2018, superior 30,9% em relação ao ano anterior e representando aumento de 49,9% quando convertido em moeda nacional.

As oscilações nos preços do petróleo no mercado internacional ocorreram principalmente devido as tensões comerciais entre EUA e China e os cortes de produção pelos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Conforme dados divulgados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), a demanda do mercado brasileiro por derivados de petróleo se manteve estável em 2018, quando comparado ao ano anterior. Já no Rio Grande do Sul, houve redução de 1,4% em relação a 2017. Em 2018 foi mantida no Brasil a prática de comercialização de derivados de petróleo com preços referenciados em sua cotação internacional (paridade importação), contudo, as margens dos refinadores independentes foram cerca de 60% inferiores ao ano anterior, principalmente em função da redução nos preços de internação praticados no mercado nacional e da volatilidade cambial.

Como reflexo da paralisação dos caminhoneiros ocorrida em maio, o Governo Federal interveio no mercado com a redução no preço do óleo diesel em R\$ 0,46/litro, através da redução de tributos (CIDE/PIS/CÓFINS) e da implantação do Programa de Subvenção Econômica à Comercialização de Óleo Diesel em Território Nacional, que vigorou de 05/06/2018 a 31/12/2018, tendo por objetivo suportar as oscilações no preço do óleo diesel decorrentes das variações cambiais e das cotações internacionais desse produto.

A REFINARIA RIOGRANDENSE
Contexto Operacional: Em 2018 a RPR adquiriu petróleos, produtos e correntes intermediárias, de origem nacional e importada, processou essas matérias-primas, formulou derivados e os comercializou, principalmente, na região sul do Brasil. Adicionalmente, prestou serviços correlatos de mistura, aditivação, análises químicas, carga/descarga e armazenagem.

Processos de Gestão: Em suas atividades empresariais a RPR busca o equilíbrio entre a preservação ambiental, a qualidade de vida e a produção industrial, objetivando crescimento socioeconômico sustentável e garantia da segurança operacional. Para promover o atendimento desses objetivos, a RPR possui um Sistema de Gestão Integrada (SGI) certificado conforme as normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Segurança e Saúde Ocupacional). Em 2018 o SGI passou por duas auditorias externas, tendo sido recomendado a manutenção de sua certificação. O desenvolvimento do Programa "Operar Seguro" em 2018 ocorreu através da consolidação do seu modelo de governança e da aplicação de ferramentas de suporte ao desenvolvimento da cultura do comportamento seguro, incluindo revisão e implantação de melhorias nos processos de indicadores de segurança operacional, investigação de ocorrências, permissão para o trabalho, análise de riscos, auditorias comportamentais, verificação do cumprimento de procedimentos, avaliação de práticas seguras, princípios e regras invioláveis de segurança.

Investimentos: Em 2018 a RPR investiu R\$ 29,8 milhões em melhorias das suas instalações industriais, destacando-se: i) R\$ 17,4 milhões na parada programada de manutenção

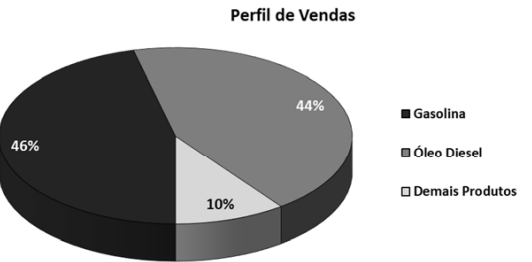
ocorrida entre 16 de abril e 17 de maio, que objetivou a garantia da confiabilidade operacional e o aumento da eficiência dos equipamentos, com consequente alavancagem da produção e redução no consumo energético; ii) R\$ 6,5 milhões na reforma de tanque de 15.000 m³ para produtos claros e melhorias nas condições de estocagem e transferência; iii) R\$ 2,4 milhões em melhorias relacionadas à segurança e meio ambiente e iv) R\$ 2,2 milhões em equipamentos para unidades de processo e de laboratório.

Pessoas: A política de Recursos Humanos da Companhia visa estabelecer um relacionamento de longo prazo com seus empregados através de um abrangente plano de benefícios e um sistema de remuneração que reconhece o desempenho. Os benefícios oferecidos incluem participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, extensão da licença maternidade, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório na empresa e clube esportivo, entre outros. O programa de treinamentos atingiu 256 colaboradores (85% do efetivo da empresa), somando 12.546 horas em 2018, além da continuidade dos programas de desenvolvimento gerencial para os níveis de liderança. A RPR oferece oportunidades a universitários de aplicar seus conhecimentos em situações reais de trabalho, sendo que 34 estudantes estagiaram nas diversas áreas da Companhia em 2018.

Responsabilidade Social Empresarial: A RPR orienta suas ações de responsabilidade social para educação, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. O Projeto Pescar, em sua 8ª turma na RPR, formou 18 jovens em 2018. O Banco de Alimentos, do qual a RPR é mantenedora, atende mais de 50 entidades assistenciais em Rio Grande e São José do Norte e beneficia 5.000 pessoas por mês. Em 2018, mais de 50 colaboradores da RPR participaram de ações de voluntariado promovidas pela instituição. O projeto "Book Truck", que promove e estimula a leitura através da contação de histórias, percorreu diversas escolas e praças públicas da cidade do Rio Grande. Outro projeto foi o "Bau das Artes", beneficiando 12 escolas do entorno da RPR que receberam material destinado ao desenvolvimento de formas de expressão, socialização, criatividade e habilidades manuais da criança. Também, foram beneficiadas 03 bibliotecas municipais com uma "Estante de Histórias" contendo um variado acervo de material didático e livros infantis.

Produção e Comercialização: O processamento médio de petróleo em 2018 foi de 14.345 barris/dia, inferior 1,1% em relação ao ano anterior, em função de atrasos no recebimento de petróleos por conta da alta taxa de ocupação do píer petroleiro em Rio Grande e de perdas com condições climáticas desfavoráveis para operações portuárias. Durante todo o ano foi processado o petróleo Saharan Blend, importado da Argélia. As aquisições de produtos e correntes intermediárias atingiram volume de 305 mil m³, representando 28,1% sobre o volume total vendido no ano.

As vendas de derivados de petróleo atingiram recorde histórico, alcançando 1.085 mil m³, sendo 4,6% superior ao ano anterior, mesmo com a parada programada de manutenção das unidades e a paralisação dos caminhoneiros. O alto volume de vendas foi possível em função do aumento das aquisições de produtos e correntes intermediárias, da inclusão de novos combustíveis ao portfólio – Óleo Diesel A S10 e Gasolinas especiais, do aumento na participação das distribuidoras regionais e na conquista de dois novos clientes. Houve crescimento da participação da Companhia no mercado de derivados de petróleo do RS, passando de 12,9% em 2017 para 15,4% em 2018, destacando-se as participações de 16,9% na gasolina e 15,5% no óleo diesel.



Resultado Econômico Financeiro
A redução das margens na comercialização dos derivados no Brasil impactou os resultados econômicos e financeiros da Companhia em 2018.

Indicadores (R\$ milhões):	2018	2017	Var. 18/17
Receita Bruta	3.388,9	2.534,0	34%
Receita Líquida	2.092,6	1.579,3	32%
Lucro Líquido do Exercício	6,4	106,1	-94%
EBITDA	17,3	153,5	-89%

Endividamento
A Companhia terminou o exercício com uma dívida bruta de R\$ 94,0 milhões e dívida líquida de R\$ 1,6 milhão, representando 0,1x EBITDA.

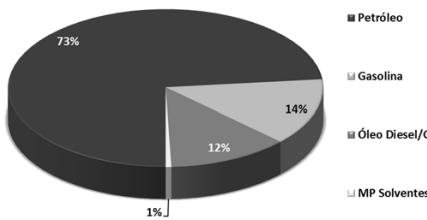
Perspectivas
Para 2019, vislumbramos a consolidação da política de precificação de derivados no mercado nacional consistente com as práticas do mercado internacional (paridade importação). O cenário projetado para a indústria de refino de petróleo no Brasil indica a manutenção de patamares de margens estreitos, similares a 2018, reforçando a relevância do aumento de produtividade, otimização de processos e gestão de custos.

A Administração continuará direcionando suas ações para a garantia da confiabilidade operacional, com foco na segurança de pessoas, de processos, no atendimento às condicionantes ambientais, além da otimização dos recursos e ativos, buscando máxima geração de resultados.

Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2018.

A Administração.

Aquisições petrolíferas e outras MP's



Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	92.424	203.118	Financiamentos, empréstimos e debêntures	11	93.907	8.743
Contas a receber de clientes	6	78.964	59.892	Fornecedores	12	221.549	170.239
Ganhos não realizados com derivativos	18d	1.016	7.591	Perdas não realizadas com derivativos	18d	438	-
Estoques	7	176.987	117.351	Impostos e contribuições a recolher	13	44.262	57.235
Impostos a recuperar	8	17.868	1.314	Salários e encargos sociais	14	6.264	14.397
Outros ativos circulantes		2.799	835	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	5.195	4.565
		<u>370.058</u>	<u>390.101</u>	Provisão para benefício pós-emprego	17	2.682	32.703
				Outros passivos circulantes		<u>10.587</u>	<u>8.942</u>
Não circulante							
Outros ativos não circulantes	6	685	896			<u>385.572</u>	<u>299.737</u>
Depósitos judiciais	14	2.312	3.679	Não circulante			
Imobilizado	10	203.806	192.670	Financiamentos, empréstimos e debêntures	11	100	252
Intangível		162	345	Impostos diferidos	21	31.198	31.135
		<u>206.965</u>	<u>197.590</u>	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	11.847	10.734
				Provisão para benefício pós-emprego	15	<u>48.634</u>	<u>44.795</u>
				Outros passivos não circulantes		<u>91.779</u>	<u>86.916</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social		50.477	42.064
				Ajustes de avaliação patrimonial		42.620	56.673
				Reserva legal		318	318
				Dividendo adicional proposto		-	76.308
				Reserva de lucros		6.257	17.580
						<u>99.672</u>	<u>201.038</u>
						<u>577.023</u>	<u>587.691</u>
Total do ativo		<u>577.023</u>	<u>587.691</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>577.023</u>	<u>587.691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	42.064	47.293	8.413	78.126	-	-	175.896
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	106.109	106.109
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	2.902	12.282
Total de resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	109.011	118.391
Dividendo adicional	-	-	-	(60.546)	76.308	(76.308)	(60.546)
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(32.703)	(32.703)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.064	56.673	8.413	17.580	76.308	-	201.038
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	6.358	6.358
Outros resultados abrangentes	-	(14.053)	-	-	-	2.899	(11.154)
Total de resultados abrangentes no exercício	-	(14.053)	-	-	-	9.256	(4.796)
Dividendo adicional	-	-	-	(17.580)	(76.308)	-	(93.888)
Aumento de capital oriundo de reserva	8.413	-	(8.413)	-	-	-	-
Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido							
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(2.682)	(2.682)
Constituição de reservas	-	-	318	6.257	-	(6.575)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	50.477	42.620	318	6.257	-	-	99.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional: A Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. ("Companhia" ou "RPR") é uma sociedade de capital fechado, com sede em Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. São sócios da Companhia: Ultrarap Participações S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Braskem S.A. (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras (33,333% de ações ordinárias e 33,138% de ações preferenciais), com controle compartilhado entre os sócios citados, além de outros acionistas minoritários (0,585% de ações preferenciais). Suas atividades principais são o refino de petróleo e a comercialização dos seus derivados e correlatos. Os principais produtos produzidos pela RPR são Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP (Gás de Cozinha), Aquarrás e Solventes Especiais. Em 2018 a RPR adquiriu petróleos, produtos e correntes intermediárias, de origem nacional e importada, processou essas matérias-primas, formulou derivados e os comercializou, principalmente, na região sul do Brasil. Adicionalmente, prestou serviços correlatos de mistura, aditivação, análises químicas, carga/descarga e armazenagem. As aquisições de produtos e correntes intermediárias atingiram volume de 305 mil m³, representando 28,1% sobre o volume total vendido no ano. As vendas de derivados de petróleo atingiram recorde histórico, alcançando 1.085 mil m³, sendo 4,6% superior ao ano anterior, mesmo com a parada geral de manutenção das unidades e com o impacto negativo da paralisação dos caminhoneiros. O alto volume de vendas foi possível em função do aumento das aquisições de produtos e correntes intermediárias; da inclusão de novos combustíveis ao portfólio – Óleo Diesel A S10 e Gasolinas especiais; do aumento na participação das distribuidoras regionais nas vendas e na conquista de dois novos clientes.

2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: Adoção do custo atribuído aos itens do imobilizado - em 1º de janeiro de 2009; Instrumentos financeiros - Ganhos / Perdas não realizadas com derivativos; e Ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas, premissas e julgamentos: Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 10 - Imobilizado; Nota 14 - Provisões para riscos; Nota 15 - Benefícios a empregados; Nota 18d - Instrumentos financeiros;

3 Principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Noreconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. Noreconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitem o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida			
Custos dos produtos vendidos e dos serv. prestados	19	2.092.551	1.579.321
Lucro bruto	22	(2.058.940)	(1.392.388)
Despesas com vendas	22	33.611	186.933
Despesas gerais e administrativas	22	(11.130)	(10.388)
Outras receitas operacionais		(24.395)	(37.746)
Lucro antes das rec. (desp.) financ. liq. e impostos		6.482	3.043
Receitas financeiras	20	4.568	141.842
Despesas financeiras	20	8.471	22.059
Lucro antes dos impostos		(4.380)	(6.501)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	8.659	157.400
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(2.238)	(53.265)
Lucro líquido do exercício		(63)	1.974
Lucro por ação		6.358	106.109
Lucro por ação ordinária básico (em R\$)		0,3898	6,5059
Lucro por ação preferencial básico (em R\$)		0,4288	7,1564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Lucro líquido do exercício			
Ganhos (perdas) não realizados (as) com derivativos	18d	6.358	106.109
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benef. definidos	15	(7.013)	10.644
Outros resultados abrangentes		(4.141)	1.638
Resultado abrangente total		(11.154)	12.282
		<u>(4.796)</u>	<u>118.391</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.659	157.400
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	12.710	11.952
Resultado na venda de ativos imobilizados	(17)	(39)
Encargos financ. não realiz. sobre empréstimos e financiamentos	3.811	4.801
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(1.113)	1.931
Provisão para benefício pós-emprego	328	2.026

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

ceiros mantidos para venda - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Quando o ativo é perdido no desreconhecimento, também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge -** A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deveria ter a sua ocorrência como altamente provável e deveria apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que não seja final afetar o lucro líquido reportado. Os hedge são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. **Hedges de fluxos de caixa -** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa protegidos (hedge) afetam o resultado na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilidade de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem até que a transação prevista afete o resultado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. **b. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. No valor de custo dos estoques estão incluídos os custos de aquisição e gastos relacionados diretamente ao processo produtivo. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não pode exceder ao valor de reposição. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. A Companhia optou por registrar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não terá impacto na política de ativos imobilizados. O custo atribuído não é diretamente atribuível à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local necessário para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente gerarão receita para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Depreciação - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado: Edificações e benfeitorias - 60 anos; Máquinas, equipamentos e instalações de operações - 8-35 anos; Móveis e utensílios - 8-32 anos; Computadores e periféricos - 5-8 anos; Veículos - 10 anos. Os efeitos em taxas médias de depreciação para os itens com intervalo estão apresentados na nota explicativa 10. **d. Redução ao valor recuperável (impairment):** Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018 - **(i) Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: - ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; - investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e - ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e - outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. Política aplicável antes de 1º de Janeiro de 2018 - **(ii) Ativos financeiros líquido recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados, consequentemente, a Companhia não possui provisão para redução ao valor recuperável registrada nesses exercícios. **(iii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados, consequentemente, a Companhia não possui provisão para redução ao valor recuperável registrada nesses exercícios. **e. Benefícios concedidos a empregados:** Os compromissos atuariais com os planos de seguro de vida e de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fator gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefícios definidos em outros resultados abrangentes. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Capital social: Ações ordinárias -** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais -** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante. **h. Receita operacional:** A partir de 1º de Janeiro de 2018, entrou em vigor o CPC 47 / IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes, que trata sobre a nova abordagem para o reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes. Esta norma estabelece um modelo que visa evidenciar os critérios para contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que

se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. **J. Novas normas e interpretações:** As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPCC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia avaliou o impacto da aplicação desta norma e entende que não deverá gerar impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional; Risco de estrutura de capital. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. **Estrutura do gerenciamento de risco: a. Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber de clientes -** O risco de crédito é administrado por procedimentos de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, com exigência de garantias. A Companhia não possui histórico de perdas e não registra provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes e títulos de investimento. A Companhia realiza análise de crédito destinada a avaliar e propor limites de crédito a serem concedidos aos clientes, bem como as respectivas garantias a serem exigidas. As diretrizes para aprovação e preservação do crédito são estabelecidas pelo comitê de crédito composto pelas áreas financeira e comercial sob a coordenação da gerência financeira, no qual cada cliente tem sua capacidade de crédito individualmente analisada, utilizando-se fontes internas e externas. Essas diretrizes visam permitir o aprimoramento da evolução do mercado de crédito e a capacidade financeira dos clientes e manter a gerência financeira e a diretoria na avaliação e concessão deste crédito. A Companhia possui 37 clientes no seu ramo principal (venda de produtos - combustíveis e solventes - com prestação de serviços de aditivação, carga e descarga, armazenagem), sendo que 25% do faturamento nesse mercado é atribuído a operações com a Piranga, 25% com a Rodoil e 21% com a BR Distribuidora. **b. Risco de liquidez:** A abordagem da Companhia na administração de liquidez de mercado e fluxo de caixa é garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vender, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejuízo e reputação da Companhia. As principais fontes de liquidez da Companhia derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações e de empréstimos e financiamentos. A Companhia entende que essas fontes são adequadas para atender as atuais demandas por recursos, o que inclui, mas não se limita, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos. **c. Risco de mercado: Risco da taxa de câmbio -** O risco de mercado a que está exposta a Companhia tem nos seus principais componentes a variação da taxa de câmbio. Como toda aquisição de petróleo da Companhia é precificada em moeda americana, sendo as vendas destinadas ao mercado nacional, há a necessidade de se acompanhar essas flutuações, de modo que a Companhia aplique uma gestão ativa de sua dívida, monitorando sua exposição cambial. A Companhia protege (hedge) de 90 a 100 por cento de seu fluxo de caixa esperado de moeda estrangeira com relação a compras de petróleo firmadas em contrato. **Risco de taxa de juros -** A Companhia possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas a variações do CDI diário. **Exposição a riscos de commodities e preços de derivados de petróleo -** O resultado da Companhia está diretamente associado ao negócio de refino de petróleo e venda de seus derivados, sem participação nas demais cadeias da indústria. A maior parte dos seus produtos são vendidos no mercado nacional. O petróleo cru é a matéria-prima principal da Companhia e tem seus preços expostos à cotação internacional. Para vendas no Brasil, os preços finais de derivados são definidos em consonância com a política de preços do maior refinador do Brasil, a Petrobras. **d. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A Administração estabelece controles para administrar os riscos operacionais e gestão eficaz dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e. Riscos de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aporte de capital e redução de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

5 Caixa e equivalentes de caixa 31/12/2018 31/12/2017
Caixa e bancos 550 2.268
Aplicações financeiras 91.874 200.850
Total 92.424 203.118

Os rendimentos das aplicações financeiras em 2018 são oriundos de renda fixa e remuneraram de 97% a 100% do CDI (98,5% do CDI em 2017). As aplicações financeiras possuem liquidez imediata, pois são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Contas a receber de clientes 31/12/2018 31/12/2017
Circulante 38.670 22.050
Clientes 26.403 37.842
Partes relacionadas 13.891 -
Subvenção econômica 78.964 59.892
Total 157.928 119.784
Não Circulante 685 896
Clientes 685 896
Total 685 896
Em 2018 a Companhia aderiu ao programa de subvenção econômica à comercialização do óleo diesel estabelecido pelo Governo Federal. Este programa prevê o ressarcimento aos produtores e importadores de óleo diesel que comprovarem preços de venda praticados às distribuidoras iguais ou inferiores ao preço determinado pela União, conforme os decretos 9.392, 9.409 e 9.454/2018. A composição de contas a receber com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 9. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Administração da Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da Companhia apresentar uma proposta de limites de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria. A Administração da Companhia estimou as perdas prospectivas das contas a receber e considerou o valor não relevante.

7 Estoques 31/12/2018 31/12/2017
Produtos acabados 37.703 33.496
Produtos em elaboração 14.996 21.120
Materias-primas 108.034 50.037
Materiais para manutenção 16.254 12.698
Total 176.987 117.351
Durante o exercício de 2018, devido à redução das margens de comercialização de derivados de petróleo, a Companhia testou as linhas de produtos para identificação de impairment e reduziu o valor dos estoques aos valores realizáveis líquidos, no montante de R\$ 3.689 (R\$ 1.760 em 2017). O custo das vendas reconhecido no resultado durante o ano em relação às operações continuadas foi de R\$ 2.058.940 (R\$ 1.392.388 em 2017).

8 Impostos a recuperar 31/12/2018 31/12/2017
Circulante 4.666 910
IRPJ e CSLL 2.217 330
PIS e COFINS 10.983 72
ICMS 2 - 2
Outros 17.868 1.314
Total 27.636 2.224
Em 2018 a Companhia realizou a revisão na sistemática de tomada de créditos de PIS e COFINS, identificando valores a recuperar no montante de R\$ 6.228, os quais foram registrados na conta de "Outras receitas operacionais".

9 Partes relacionadas: As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

2017), referente a diretores e conselheiros. O plano de benefícios aos colaboradores da Companhia inclui participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório, plano de saúde e plano de previdência privada.

10 Imobilizado: a. Composição dos saldos

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa média de Depreciação % a.a.		
Custo	370.250	370.250
Depreciação Acumulada	(166.443)	(166.443)
Líquido	203.806	203.806

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa média de Depreciação % a.a.		
Custo	346.614	346.614
Depreciação Acumulada	(153.945)	(153.945)
Líquido	192.670	192.670

	31/12/2017	2018
Movimentação do custo		
Custo	40.782	40.782
Adições	276.082	276.082
Baixas	2.919	2.919
Transferências	3.907	3.907
Custo	40.782	40.782
Adições	276.082	276.082
Baixas	2.919	2.919
Transferências	3.907	3.907
Custo	40.782	40.782

	31/12/2017	31/12/2018
Depreciação		
Adições	(14.134)	(14.134)
Baixa	(1.347)	(1.347)
Depreciação	(15.481)	(15.481)

	31/12/2017	31/12/2018
Depreciação		
Adições	(12.897)	(12.897)
Baixa	(1.236)	(1.236)
Depreciação	(14.134)	(14.134)

	31/12/2017	31/12/2018
Saldos em		
Moeda nacional	252	410
Fimame	8.585	157
Dependências	-	111,50% CDI
Moeda estrangeira US\$	93.755	93.954
Fimimp	93.907	93.954
Total circulante	100	252
Total não circulante	-	-

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos: 2020 a 2021 100

(i) Informações complementares ao fluxo de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 1º de Janeiro de 2017		55.333
Alterações de caixa		
Recebimento (pagam.) de atividades de financiamento	-	(51.140)
Alterações que não afetam caixa		
Despesas de juros e variações cambiais	-	4.801
Saldo em 31 de dezembro de 2017		8.994
Alterações de caixa		
Recebimento (pagam.) de atividades de financiamento	-	81.202
Alterações que não afetam caixa		
Despesas de juros e variações cambiais	-	3.811
Saldo em 31 de dezembro de 2018		94.007

	31/12/2018	31/12/2017
Forneceadores	22.948	123.665
Sociedades controladoras	1.767	46.574
Empresas ligadas	196.834	170.239
Total	221.549	170.239

A composição de fornecedores com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 9.

13 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF	363	352
PIS/COFINS	13.758	26.165
CIDE	2.273	4.221
ICMS	27.756	25.906
IR/CS	-	354
Outros	112	238
Total	44.262	57.235

14 Provisões para riscos: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e considerando o histórico das ações referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme abaixo:

	2018	2017
a. Contingências passivas prováveis		
Fiscais	13	12
Cíveis	697	902
Trabalhistas	11.825	12.733
Total	12.535	13.647
(-) Circulante	688	2.913
Não circulante	11.847	10.734
Total	12.535	13.647

Em 31 de dezembro de 2018 os processos trabalhistas referem-se, principalmente, às questões ajuizadas por ex-empregados da Companhia, versando sobre verbas salariais e indenizatórias

Resumo da movimentação

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.545	663	11.043	21.251
Provisões (reversões) feitas durante o período	(9.533)	239	1.690	(7.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	902	12.733	13.647
Provisões (reversões) feitas durante o período	-	(205)	(908)	(1.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	697	11.825	12.535

b. Riscos possíveis: A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 454 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas.

15 Benefícios a empregados: A Companhia possui um conjunto de benefícios após aposentadoria para seus empregados elegíveis a esses direitos. Os benefícios existentes são: seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica e indenização do FGTS. A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para benefício pós-emprego relacionada à indenização do FGTS por tempo de serviço, plano de assistência médica e seguro de vida para aposentados elegíveis ("benefícios complementares"). A movimentação dos passivos por conta de benefícios de longo prazo a empregados está apresentada abaixo:

	Multa de FGTS	2018	2017
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(1.477)	(1.362)	
Despesas no ano	(192)	(186)	
Benefícios pagos pela empresa no ano	105	76	
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(196)	(5)	
Saldo final em 31 de dezembro	(1.760)	(1.477)	
Custo de serviço corrente	63	68	
Custo dos juros	109	118	
Composição das despesas no ano	192	186	

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

Seguro de Vida

	2018	2017
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(2.404)	(2.109)
Despesas no ano	207	(218)
Benefícios pagos pela empresa no ano	244	237
Reconhecimento imediato dos ganhos/perdas em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	153	(314)
Saldo final em 31 de dezembro	(2.214)	(2.404)
Custo dos juros	207	218
Composição de despesas no ano	207	218

Plano Médico

	2018	2017
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(45.479)	(45.501)
Despesas no ano	(4.166)	(4.881)
Benefícios pagos pela empresa no ano	3.888	2.946
Reconhecimento imediato dos ganhos/perdas em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(4.098)	1.957
Saldo final em 31 de dezembro	(49.855)	(45.479)
Custo dos juros	4.166	4.881
Composição de despesas no ano	4.166	4.881

	2018	2017
Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro	(49.360)	(48.972)
Despesas no ano	(4.565)	(5.285)
Benefícios pagos pela empresa no ano	4.237	3.259
Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes - efeito no patrimônio líquido	(4.141)	1.638
Saldo final em 31 de dezembro	(53.829)	(49.360)
Custo de serviço corrente	83	68
Custo de juros	4.482	5.217
Composição de despesas no ano	4.565	5.285

Os ganhos ou perdas atuariais relacionados à valorização das obrigações presentes para os benefícios de longo prazo a empregados são registrados em outros resultados abrangentes. Para os benefícios que compõem o saldo de passivo registrado pela Companhia não há ativos dos planos a serem mensurados a valor justo.

A apresentação dos montantes devidos por benefícios a empregados em passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 considera a parcela das despesas projetadas para o exercício de 2019, conforme demonstrado a seguir:

	Multa do FGTS	Seguro de Vida	Plano Médico	Total
Custo do serviço	93	-	-	93
Custo dos juros	128	202	4.772	5.102
Total	221	202	4.772	5.195

A composição final dos montantes apresentados no passivo está demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Seguro de vida	(2.214)	(2.404)
Plano de assistência médica e odontológica	(49.855)	(45.479)
Multa FGTS	(1.760)	(1.477)
Total	(53.829)	(49.360)
Circulante	(5.195)	(4.565)
Não circulante	(48.634)	(44.795)

A movimentação dos registros de ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes durante os exercícios está apresentada abaixo:

Outros resultados abrangentes

	2018	2017
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2016	1.127	1.638
Perdas atuariais líquidas em 2017	-	-
Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2017	2.765	2.765
Perdas atuariais líquidas em 2018	(4.141)	(4.141)
Perdas atuariais acumulados em 31/12/2018	(1.376)	(1.376)

As principais premissas adotadas no cálculo da Companhia foram as seguintes:

	2018	2017
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Plano Médico)	9,92	9,46
Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Seguro de Vida)	9,79	9,16
Taxa de inflação (longo prazo)	4,00	4,25
Taxa de crescimento dos custos médicos	8,16	8,42
Fator nominal de crescimento do saldo do FGTS	3,49	3,55
Fator de capacidade dos salários e benefícios	97	97

Premisas biométricas utilizadas (consistentes em todos os anos apresentados):

- Tábuas de mortalidade - AT 2000 Basic suavizada em 10% e segregada por sexo (*)
- Tábuas de longevidade - Towers Watson ajustada ao estudo de 2006
- Tábuas de mortalidade de inválidos - RRB 1983
- Tábuas de entrada de invalidez - RRB 1944 modificada
- % de participantes ativos casados na data da aposentadoria: 95%
- Diferença de idade entre participante e cônjuge: esposas são 4 anos mais jovens que os maridos
- Idade de aposentadoria: 25 anos de tempo se serviço e 50 anos de idade.

Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábuas de mortalidade CSO-80.

16 Participação nos resultados: De acordo com o Estatuto Social da Companhia, estas participações são calculadas com base no resultado do exercício, após dedução dos prejuízos acumulados, e da provisão para o imposto de renda e contribuição social, sendo retiradas sucessivamente e na ordem abaixo: **a. Participação dos empregados da Companhia:** Calculada em até 3% sobre o lucro líquido, o qual será apurado com a exclusão dos resultados decorrentes de investimentos societários, registrados na demonstração de resultado como receita ou despesa por equivalência patrimonial, amortização de ação ou deságio e alienação ou baixa de investimentos societários e, ainda, dos juros pagos ou recebidos pela Companhia como remuneração sobre o capital próprio. A Companhia, adicionalmente, possui um programa de participação nos resultados baseado em objetivos e metas pré-estabelecidos, anualmente, entre empresa e empregados. **b. Participação dos administradores da Companhia:** Calculada, ao final do exercício, de acordo com uma Política de Remuneração Variável, onde a participação nos resultados é baseada em objetivos e metas pré-estabelecidos, anualmente, entre a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia. Em 2018, a participação dos empregados e dos administradores nos lucros da Companhia atingiu o montante de R\$ 191 (R\$ 8.708 em 2017).

17 Patrimônio líquido: **a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2018, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis. As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos). **b. Reserva de lucros:** Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. O valor destinado para a reserva legal em 2018 foi de R\$ 318 (R\$ 0 em 2017). **c. Remuneração aos acionistas:** Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da Lei das S/A e de acordo com o estatuto social da Companhia. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias. Em 2018, os dividendos foram calculados conforme segue:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	6.358	6.358
(-) Reserva Legal	(318)	(318)
(+) Outros resultados no exercício - realização da mais valia imobilizado	2.899	2.899
Base de cálculo para dividendos propostos	8.939	8.939
Dividendos mínimos propostos (30%)	(2.682)	(2.682)
Sub total para destinação	6.257	6.257
Valor do dividendo por ação ordinária: R\$ 0,1644		
Valor do dividendo por ação preferencial: R\$ 0,1808		

	2017	2018
Lucro líquido do exercício	106.109	106.109
(-) Reserva Legal	-	-
(+) Outros resultados no exercício - realização da mais valia imobilizado	2.902	2.902
Base de cálculo para dividendos propostos	109.011	109.011
Dividendos mínimos propostos (30%)	(32.703)	(32.703)
Sub total para destinação	76.308	76.308
Valor do dividendo por ação ordinária: R\$ 2,0051		
Valor do dividendo por ação preferencial: R\$ 2,2056		

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído (deemed cost) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados líquida dos encargos tributários. Os demais valores que compõem a conta são referentes a variação do valor justo dos planos de benefício a empregados e ganhos e perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

18 Instrumentos financeiros: O efeito da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Companhia não gerou impactos significativos em relação a norma anterior. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram representadas para refletir os novos requerimentos, quando aplicável. **a. Classificação dos instrumentos financeiros:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo

os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor contábil	Ativos	Valor justo
Valor justo - Instrumentos de hedging	Ativos financeiros a custo a VJR	Ativos financeiros a custo a VJR
	Nível 1	Nível 2

Caixa e equivalentes de caixa	-	92.424	-	-
Contas a receber de clientes	-	78.964	-	-
Outros ativos circulantes	-	2.799	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Ganhos não realiz. com derivativos	1.016	-	-	1.016
Perdas não realiz. com derivativos	(1.016)	-	-	(1.016)
Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	-	203.118	-	-
Contas a receber de clientes	-	59.892	-	-
Ganhos não realizados com derivativos	-	-	-	7.591
Outros ativos circulantes	-	263	-	-
Ativo				
Valor contábil				
Valor justo - Instrumentos de hedging				
Ativos financeiros a custo a VJR				
Nível 1				
Nível 2				

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Financ. e emprést. e debêntures

Fornecedores	-	(94.007)	-	-
Perdas não realiz. com derivativos	(438)	-	-	-
	(438)	(315.556)	-	-
Custo amortizável				
Valor justo				

Financiamentos e empréstimos e debêntures

Fornecedores	-	(8.994)	-	-
	-	(168.220)	-	-
	-	(177.214)	-	-

b. Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito - A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	92.424	203.118
Contas a receber de clientes	78.964	59.892
Ganhos não realizados com derivativos	1.016	7.591
Outros ativos circulantes	2.799	263
Total	175.203	270.864

Todos os montantes apresentados estão relacionados ao mercado nacional, não existindo recebível em aberto no mercado externo.

c. Risco de liquidez: A seguir, estão os prazos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 até 9 anos
31 de dezembro de 2018						
Passivos financeiros não derivativos						
Financiamentos, empréstimos e debêntures	94.007	97.961	97.860	90	11	-
Fornecedores	221.549	221.549	-	-	-	-
Total	315.556	319.510	97.860	90	11	-

31 de dezembro de 2017

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	4 até 9 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Financiamentos, empréstimos e debêntures	8.995	9.150	8.889	160	90	11
Fornecedores	168.220	168.220	-	-	-	-
Total	177.215	177.370	8.889	160	90	11

d. Risco cambial: Instrumentos financeiros derivativos - risco cambial - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, exclusivamente para proteção de risco de câmbio, é o termo cambial sem entrega física (NDF - "Non Deliverable Forward"). A seguir estão apresentados os instrumentos financeiros derivativos da Companhia e que estão refletidos nas contas patrimoniais:

	Moeda	Vencimento	Taxa Contratada	Valor nominal	Valor justo em US\$ mil	Valor justo em US\$ mil
NDF - Importação de matéria prima	US\$	04/01/2019	3,8030	24.000	24.000	1.728
NDF - Importação de matéria prima	US\$	05/02/2019	3,9122	22.000	(712)	(712)
Total	-	-	-	46.000	-	1.016

	Moeda	Vencimento	Taxa Contratada	Valor nominal	Valor justo em US\$ mil	Valor justo em US\$ mil
NDF - Importação de matéria prima	US\$	02/01/2019	3,8118	24.000	(1.291)	(1.291)
NDF - Importação de matéria prima	US\$	04/02/2019	3,9189	22.000	853	853
Total	-	-	-	46.000	-	(438)

	Moeda	Vencimento	Taxa Contratada	Valor nominal	Valor justo em US\$ mil	Valor justo em US\$ mil
NDF - Importação de matéria prima	US\$	15/01/2018	3,1930	24.000	2.833	2.833
NDF - Importação de matéria prima	US\$	14/02/2018	3,2402	13.000	1.026	1.026
NDF - Importação de matéria prima	US\$	14/02/2018	3,2986	13.000	270	270
NDF - Importação de matéria prima	US\$	02/01/2018	3,2930	4.800	72	72
NDF - Importação de matéria prima	US\$	15/01/2018	3,2554	2.450	136	136
NDF - Importação de matéria prima	US\$	12/03/2018	3,2222	26.000	2.762	2.762
NDF - Importação de matéria prima	US\$	19/02/2018	3,2790	4.600	193	193
NDF - Importação de matéria prima	US\$	14/03/2018	3,2720	5.200	299	299
Total	-	-	-	93.050	-	7.591

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Taxas futuras de dólar norte americano e variação da DI foram obtidas a partir da BM&F Bovespa para a data das liquidações dos contratos, ou da mais próxima do vencimento com informação de mercado disponível. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. **Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos de hedge de fluxo de caixa:** A Companhia utiliza a contabilidade de hedge para os instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger a compra de matéria-prima (petróleo). O instrumento financeiro contratado antes do início da entrada da matéria-prima é considerado contabilmente como derivativo de hedge de fluxo de caixa, sendo que parcela considerada efetiva é registrada no patrimônio líquido no grupo de ajuste de avaliação patrimonial. Após a entrada da matéria-prima importada, que substancialmente coincide com a liquidação do saldo de fornecedores do exterior, a parcela efetiva é registrada no grupo de estoques. Após a matéria-prima ser transformada e vendida na forma de derivado de petróleo, este resultado é reconhecido no grupo de custos dos produtos vendidos. O quadro abaixo apresenta o total operações de instrumentos financeiros derivativos contratados em aberto em 31 de dezembro de 2018, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia e o reconhecimento do resultado dos mesmos nas contas de ajuste de avaliações patrimoniais:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	578	578
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial	578	578
Ativo		
Instrumentos financeiros derivativos (NDF)	7.591	7.591
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial	7.591	7.591

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.

Rio Grande - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 9 às demonstrações financeiras, que descreve o fato de que parte substancial das operações da Companhia são concentradas com seus acionistas ou partes relacionadas aos seus acionistas. Além disso, as operações da Companhia sofrem impacto direto das políticas do governo e de seu acionista em relação ao preço dos combustíveis. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

Além dos montantes apresentados acima como contratos em aberto, durante o exercício de 2018 a Companhia apresentou os seguintes valores pagos por NDF's, já reconhecidos no resultado, conforme segue:

Valores pagos	(16.522)
Valores recebidos	41.932
Total	25.410